

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 62.313 - BA (2019/0343562-1)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE : GERALDO REIMAO DOS REIS
ADVOGADO : CARLOS BRASILIO AMORIM DE FREITAS - BA008956
RECORRIDO : ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR : LAÍZA ORNELAS LIMA E OUTRO(S) - BA055415

DECISÃO

ADMINISTRATIVO. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. PLEITO PARA LIMITAR EM 30%. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO CONCOMITANTE DO PERICULUM IN MORA E DO FUMUS BONI IURIS, EXIGÍVEIS NA CONCESSÃO DE TUTELA LIMINAR. NATUREZA SATISFATIVA DA TUTELA DE URGÊNCIA POSTULADA. JUÍZO DE MÉRITO POSTERIOR. PEDIDO LIMINAR INDEFERIDO.

1. Trata-se de Recurso Ordinário em Mandado de Segurança interposto por GERALDO REIMAO DOS REIS, contra acórdão prolatado pela egrégia TJ/BA, assim ementado:

MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO ADMINISTRATIVO. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA REJEITADA. RESTABELECIMENTO DE MARGEM CONSIGNÁVEL. INOBSERVÂNCIA AO QUANTO DISPOSTO NO PARÁGRAFO ÚNICO, ARTIGO 18 DO DECRETO LEI N.º 17.251/16. AUSÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERESSADAS. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. DIREITO LÍQUIDO E CERTO NÃO CARACTERIZADO. SEGURANÇA DENEGADA (fls. 162).

2. Em seu pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal, o recorrente aduz ter *a demonstração efetiva de que houve afronta a jurisprudência pacífica e consolidada dessa Egrégia Corte, a decisão sem fundamentação pertinente viola dispositivo legal expresso e a pacífica e consagrada jurisprudência desse Tribunal Superior, razão pela qual são suficientes para autorizar a antecipação dos efeitos da tutela recursal de urgência na ordem para limitar os descontos facultativos em 30% (trinta por cento) dos vencimentos do Recorrente* (fls.

174).

3. É o relatório.

4. A concessão de liminar, como é cediço, está condicionada à presença concomitante de seus dois pressupostos autorizadores, quais sejam, o *fumus boni iuris*, ou a relevância do fundamento da impetração, e o *periculum in mora*.

5. Em uma análise perfunctória não se vislumbra a presença dos requisitos que autorizam o deferimento de liminar. Verifica-se, ainda, que a Tutela de Urgência se confunde com o próprio mérito da impetração, o que demonstra a natureza satisfativa do pleito.

6. Vale ressaltar, por fim, que o indeferimento da liminar não resultará na ineficácia de eventual concessão de segurança.

7. Ante o exposto, INDEFERE-SE o pedido de Antecipação dos Efeitos da Tutela Recursal, por agora, sem qualquer antecipação quanto ao mérito da causa.

9. Abra-se vista ao Ministério Público Federal.

10. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR